



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de maio de 2024 foram visados 315 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando 984 milhões de euros.

No mesmo período houve duas recusas de visto, num valor superior a dois milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS DE MAIO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	120	31,33	285 493 450,55	28,95
Visto com Recomendações	156	40,73	661 173 980,07	67,04
Declaração de Conformidade Homologada	39	10,18	37 401 939,73	3,79
Recusa de Visto	2	0,52	2 160 000,00	0,22
Outras extinções da instância (*)	66	17,23	0,00	0,00
TOTAL DE DECISÕES	383	100	986 229 370,35	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2024

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	456	34,36	1 897 855 621,08	40,34
Visto com Recomendações	401	30,22	2 614 179 332,38	55,57
Declaração de Conformidade Homologada	170	12,81	145 722 887,73	3,10
Recusa de Visto	14	1,06	41 828 383,03	0,89
Outras extinções da instância (*)	286	21,55	4 625 887,15	0,10
TOTAL DE DECISÕES	1327	100	4 704 212 111,37	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão